

# O presidente paga o preço da deflação

Herbert Levy \*

C

omo era inevitável, a conversão do presidente Fernando Henrique Cardoso às teses deflacionárias para defesa do real, a exemplo do que promoveu desastrosamente o FMI ao tempo do general João Baptista Figueiredo, arrasou amplos setores da economia brasileira. Agora está finalmente revelando índices sem precedentes de impopularidade para o chefe do governo.

Estranhamente, essa política do presidente da República contrasta com todos os seus antecedentes, nos quais os problemas sociais sempre foram considerados prioritariamente. Merece atenção o fato de o ministro do Planejamento, que é parte da equipe econômica, José Serra, haver erguido sua voz contra os juros mais altos do mundo, inexplicavelmente acci-

tos e até impostos pela equipe econômica. A insistência com que se veicula a candidatura do ministro José Serra à Prefeitura de São Paulo, contra a sua vontade, revela o propósito do governo de se libertar dessa presença incô-

**A candidatura  
de Serra à  
Prefeitura  
tem o objetivo  
de afastá-lo  
do governo**

moda sem a criação de um caso, já que ninguém pode criticar o absoluto realismo e bom senso do ministro Serra quando ele bota a mão nessa ferida dos juros inacreditavelmente altos, que nos dão o mais indesejável dos recordes mundiais e um dos maiores índices de insolvência e desemprego já conhecidos.

A imprensa vem de noticiar, com destaque, que em

abril último o desemprego na Grande São Paulo atingiu 1 milhão trezentos e quarenta e duas mil pessoas. Segundo a Fundação Seade e o Dieese, isso corresponde a 15,9% da população economicamente ativa, indicando crescimento de 6% sobre março e constituindo o maior índice desde 1985.

Poucas áreas escapam a uma crise sem precedentes. A economia rural do País nunca foi tão atingida, mas agora mostra sinais de recuperação com as altas alcançadas pelo milho, cacau, café e pela soja. Isso após verificar-se um desemprego de 1 milhão de trabalhadores em



todo o País. Agora as circunstâncias do mercado permitem esperar uma recuperação.

As proporções absurdas alcançadas por essa crise têm um dado significativo que acaba de

ser divulgado. A Gazeta Mercantil de ontem registra: "A indústria de máquinas e equipamentos agrícolas está atravessando o pior momento dos seus 35 anos. O setor, que fechou o ano passado com queda de 85% em relação a 1994, opera com ociosidade de 75% e foi forçado a cortar 30 mil postos de trabalho nos últimos treze meses. Um bom termômetro do refluxo de

vendas do segmento é a queda dos financiamentos da Finance, de US\$ 970 milhões em 1994 para US\$ 422,4 milhões no ano passado".

A imprensa noticia igualmente a reação da bancada ruralista no Congresso à Medida Provisória

**A indústria  
de máquinas  
e equipamentos  
vive o pior  
momento em  
seus 35 anos**

nº 1.410, que trata da capitalização do Banco do Brasil. Normalmente os termos dessa providência legal poderiam ser admitidos como necessários para a recuperação do Banco do Brasil. Mas a situação da área está tão depauperada que o líder da bancada ruralista, deputado Abelardo Lupion, pretende obstruir vários arti-

gos que, normalmente, seriam considerados uma defesa razoável dos interesses do Banco do Brasil.

Isso indica as proporções da recessão na área agrícola. No que se refere a taxas de juro, verifica-se que, embora pareçam superados os juros de 100% a.a. ou mais, que desgraçaram tantas empresas, as taxas que o Banco Central mantém no "overnight" bancário são ainda de 2,75% ao mês, ou seja, 33% ao ano. Não queremos deixar de ser recordistas mundiais, e essas taxas continuam estimulando cifras inaceitáveis de 120% ou mais ao ano no comércio varejista.

Parece demorada e difícil a volta ao bom senso. O governo não explica por que este não é um setor prioritário a ser corrigido. ■

\* Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil.